

Alteridade e autoridade

João Vianney Cavalcanti Nuto*

DALCASTAGNÈ, Regina (Org.) *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea*. 1. ed. Vinhedo: Horizonte, 2008. v. 1.

Problema central em várias vertentes dos estudos literários contemporâneos é a questão do “outro”, em seus diversos modos: como personagem, como produtor e como receptor da literatura. Naturalmente, a percepção da alteridade não é exclusiva da nossa época. Mas essa questão costumava ser tratada de duas maneiras: como irrelevante para o estudo da literatura e como fator de explicação da literatura pelo viés do positivismo, com seus determinismos de classe e raça justificados “cientificamente”. O marxismo, com seu conceito de ideologia como resultante das relações econômicas, certamente contribuiu para uma melhor percepção da alteridade de classe. Contudo, os primeiros estudos marxistas só trataram das diversas formas de alteridade pelo viés da exploração econômica e do colonialismo. Por outro lado, sua concepção de literatura como discurso revelador de alienações dificultava uma visão mais crítica do próprio discurso literário.

O mundo contemporâneo criou um ambiente mais sensível às questões de alteridade. O crescente multiculturalismo das sociedades contemporâneas; a percepção do etnocentrismo como produto ideológico do colonialismo e da contradição entre o discurso igualitarista e diversas formas de discriminação, a redefinição de papéis de gênero são alguns dos fatores que contribuem para este clima. É nesse ambiente que se desenvolveu uma variedade de estudos agrupados pelo rótulo de “pós-estruturalistas”. Por este viés, a tensão inclusão/exclusão começou a ser estudada como parte constitutiva de um objeto estético, que também é político. Assim é que, em meio a polêmicas, desenvolveram-se os estudos de gênero, os estudos coloniais e pós-coloniais. Como acontece com o marxismo, esses estudos, envoltos de espírito militante podem se concentrar no elemento político estetizado (que, neste caso, não significa neutralizado politicamente), mas também correm o risco de um tipo de engajamento que dissocia o político do estético em detrimento deste, gerando obras e crítica panfletárias. A este respeito, cabe lembrar a lição, sempre lúcida, de Antonio Candido contra os excessos sociologistas e formalistas: o extrínseco (o dado social) se torna intrínseco (dado formal). Contudo, cabe lembrar também que o “intrínseco” na medida em que representa um discurso cuja formação envolve o exercício do poder simbólico – para utilizar o termo de Bourdieu – também influencia a sociedade, não se limitando ao texto em si nem ao campo literário.

Os ensaios reunidos em *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura contemporânea*, livro organizado por Regina Dalcastagnè, abordam as questões mencionadas anteriormente como constitutivas dos textos, do campo literário (que permite a produção e recepção desses textos) e da relação entre estes e as tensões da sociedade brasileira contemporânea. Desde já, cumpre observar que o sintagma “o outro” revela, em si, tensões políticas e ideológicas, trazendo implícita uma noção vaga, transmitida por senso comum, do que seja “o mesmo”: o homem “branco”, “ocidental”, letrado, heterossexual e, em geral, de classe média ou alta. Dizer literatura “do outro” é como dizer “literatura feminina” quando não se costuma utilizar o outro termo da oposição: literatura masculina. Como tudo que é vago, essa noção comporta gradações, pois, como todo fenômeno cultural, a dicotomia “mesmo/outro” é dinâmica. Nesse jogo de forças em que se entrecruzam tensões de classe, gênero, etnia, relações internacionais, entre outras, podemos admitir,

que, a partir de determinado momento, a mulher branca ocidental letrada e classe média e país central tornou-se menos “outro” que o homem ou mulher em condições diversas. No entanto, uma mirada panorâmica no cânone ocidental é suficiente para constatar o quanto essa relativa inclusão é contemporânea. Por outro lado, ao contrário do que pode sugerir uma visão superficial do problema, não se trata somente de estudar os fatores sociais que incluem poucos e excluem muitos do discurso literário, mas em que medida esses fatores influenciam no desenvolvimento do que Antonio Candido chama de sistema literário, no sentido extrínseco (escritores, editoras, livrarias, leitores) e o sistema que podemos chamar de intrínseco, que é o texto literário como depositário não somente de um conjunto de relações formais, como também de motivações políticas e ideológicas.

Ver e imaginar o outro tem como cerne dessas questões a representação, conceito que, como observa Regina Dalcastagnè, abrange desde a mimese até a representação política. Nada mais apropriado para estudos que analisam o dado político no discurso literário e esse próprio discurso como ato político. O problema da representação apresenta-se como núcleo de problematizações como o conceito de literatura e o papel da literatura; a questão da alteridade; a violência brutal como elemento recorrente nas narrativas contemporâneas; a representação de grupos marginais (a mulher, o pobre, o negro, o bandido, o idoso, o louco) na literatura brasileira atual. Neste último caso, explora-se o duplo sentido mencionado: representação *no texto* (o marginal como narrador ou personagem); representação *pelo texto* (o autor como representante *autorizado* do seu grupo).

O *corpus* analisado pelos ensaios por si só já implica a problematização do conceito de literatura em consonância com as transformações e motivações contemporâneas. O livro parte de uma visão de literatura contrária a qualquer forma de idealização. Rejeita noção de objeto estético sacralizado, afastado das relações de poder. Lembrando Foucault e Bourdieu, concebe discurso literário não apenas como resultado do poder exercido em outras esferas, mas como uma forma de poder em si mesma. Assim, um dos méritos do livro é não limitar-se a, partindo de uma concepção idealista da literatura, simplesmente decidir o que deve ou não ser incluído, mas analisar o processo que faz com que certos discursos sejam aceitos como representantes (ou como situados no limiar) de um campo literário em transformação. Como sugere a apresentação do livro, a melhor maneira de se compreender a literatura hoje é dessacralizando-a, percebendo-a como um discurso nada infenso a relações de poder.

Neste sentido, *Ver e imaginar o outro* atenta para um fenômeno contemporâneo – e que tem causado muita polêmica: a abertura das fronteiras do discurso literário. Como observou Peter Burke, (parafrazeando Susanne K. Langer), a respeito das relações entre literatura e História, as fronteiras tanto servem para delimitar como também para favorecer a comunicação. Assim, lembra o historiador inglês, as fronteiras entre literatura e história ora se apresentam como muito fechadas, ora muito abertas, admitindo-se a “intrusão” de aspectos literários na história (incluindo certa dose de ficcionalização). O que os defensores empedernidos das fronteiras fechadas do discurso literário se esquecem é que não é a primeira vez que elas se abrem. O discurso literário abriu-se, por exemplo, quando deixou de limitar-se aos cânones clássicos. Para os puristas, não deixa de ser irônico o fato de que a própria expansão do termo “literatura” implica uma ruptura com o discurso poético da Antiguidade: Homero, em sua época, não fez “Literatura”, fez “Poesia”; Luciano, por sua vez, não fez “Literatura” nem “Poesia”. Por outro lado, isto não acontece somente com o discurso literário: já nos anos 80 Clifford Geertz observava que o pensamento social contemporâneo também se tem caracterizado por uma transdisciplinaridade discursiva cujo sintoma é a “mistura de gêneros”.

A respeito disso, encontramos, entre os textos analisados, aqueles que podem ser seguramente qualificados como “romances”, mas também outros gêneros difíceis de classificar, em que predominam o aspecto do testemunho. Naturalmente não é de agora que ficção e confissão se entrelaçam. O que há de novo é, por um lado, o surgimento de novas vozes autorais marginais procurando se

afirmar como produtores de discurso literário e um olhar mais atento dos pesquisadores para essa produção, em que, muitas vezes a “ficção” é que emerge do testemunho, em vez de o testemunho ser mimetizado pela ficção. É nesta perspectiva que Márcio Seligmann-Silva analisa relatos de presidiários no ensaio “Novos Escritos dos cárceres”; Ivete Walty analisa um texto memorialista inédito no ensaio “Testemunha estomacal”; Sônia Roncador, em “Criadas *no more*”, estuda relatos de empregadas domésticas escritos e apresentados oralmente em um documentário; e Gislene Barral resgata da segregação e examina as possibilidades literárias de relatos do hospício, em “Loucura, mulher e representação”.

A questão da alteridade, que permeia todo o livro, é problematizada mais diretamente nos ensaios “Uma sociedade do olhar”, de Lúcia Helena, “Olhando a alteridade”, de José Leonardo Tonus, e “Vozes nas sombras”, de Regina Dalcastagnè. O núcleo desses ensaios é a relação entre alteridade/identidade e autoridade. Isto envolve um duplo questionamento: das possibilidades e limitações do autor para representar “o outro” social e da pretensa autoridade de quem fala a partir do lugar do “outro”. Podemos admitir que escrever e ler envolvem sempre certa impressão de estranhamento, conceito que, tanto na antropologia como na teoria dos formalistas russos implica reações positivas e negativas: entre a repulsa e a fascinação. Como ensina Bakhtin a narrativa implica sempre uma situação de distanciamento em relação ao narrado: o autor é aquele que articula o mundo dos personagens a partir de um excedente de visão que lhes dá complemento. A questão – que, de certa forma Bakhtin resolve, ao analisar os romances de Dostoiévski – é se esse excedente realmente aprofunda um processo verdadeiramente dialógico, que não se limite a estereotipar o outro. Ou seja: até que ponto a *autoridade* do autor não é abusiva, não se transforma em *autoritarismo*; não se limita a confirmar preconceitos. As considerações de Regina Dalcastagnè sobre as diversas representações do pobre na literatura contemporânea e de José Leonardo Tonus sobre o efeito exótico no romance *Relato de um certo oriente* ilustram muito bem a dificuldade do problema.

Por outro lado, a questão da posição marginal do autor como representante *autorizado* de sua classe não é menos problemática. Já a eficácia da ideologia (no sentido que lhe dão Marx e Engels) resulta justamente do fato de ser internalizada pelos grupos oprimidos. Assim, a simples vivência, por si só, não garante que o representante de determinada classe seja a pessoa mais apta a falar sobre sua situação. Além disso, conforme Bakhtin, o autor, por mais que se beneficie da proximidade e mesmo da identidade com os personagens narrados, também precisa distanciar-se para compor o relato. Mesmo o autor da autobiografia torna-se outro para si mesmo. A isto se acrescenta o fato de que, voltar-se para a prática letrada complexa e reivindicar, para seus textos o estatuto de literatura, discurso normalmente praticado por classes privilegiadas, implica um distanciamento de classe no que diz respeito ao uso desse poder simbólico. Assim, podemos notar que também o escritor de extração popular pode incorrer no estereótipo e no paternalismo.

Enfrentar essa e outras dificuldades e tentar superá-las é desafio para o escritor, em qualquer dos casos; avaliar até que ponto as narrativas são falhas ou bem sucedidas é papel da crítica, no sentido mais restrito do termo. A abertura do discurso literário, longe de ser um processo cômodo, exige mais do crítico, que não pode contar com uma visão cristalizada desse discurso. Não se trata, pois, de um relativismo absoluto, em que “qualquer coisa, hoje em dia, é literatura”. A esta objeção é oportuno o que afirma Lúcia Helena, no ensaio mencionado: “Dessa maneira, bons e maus escritores conseguem por algum tempo se misturar e ser consumidos como iguais. E, se a cantilena pós-moderna de que não se deve separar (à guisa de pouca democracia e excesso de conservadorismo ou caretice) o alto do baixo valesse a pena, jamais seria descoberta a obra fraudulenta, que encontra o molde, segue a receita, mas não tem talento e não renova nada.” Mas isto é diferente de excluir, *a priori*, certos casos

“problemáticos”. A recepção para exame desses casos, com os riscos de erro que comporta, é um gesto de ousadia a que a crítica não deve se furtar.

Se o processo de representação do outro é problemático, não menos problemática é a associação dessa representação com a violência, presença quase constante nas narrativas estudadas, com destaque para as suas manifestações mais brutais. Essa obsessão pela violência que tem marcado a literatura brasileira contemporânea revela uma atitude de denúncia, uma busca de “realismo”, um senso de responsabilidade do escritor no sentido de uma literatura que não seja alienada. O problema da representação da violência é abordado no ensaio “Cenas da crueldade: ficção e experiência urbana”, de Ângela Maria Dias, que acentua o caráter documental e naturalista de narrativas de autores como Paulo Lins, Ferres e André Sant’Anna, mas também aponta os riscos de que essa forma de representação degenera em uma espécie de voyeurismo mórbido e banalizador. Neste caso a questão da representação da violência – muitas vezes banalizada pelo sensacionalismo da mídia – é parte do problema do olhar na sociedade e na literatura contemporânea, tema explorado pelo ensaio “Uma sociedade do olhar”, de Lúcia Helena, em que a autora analisa a desautomatização do olhar em narrativas de Antônio Torres, Silviano Santiago, João Gilberto Noll e Sérgio Sant’Anna.

Além da riqueza das análises comentadas o livro *Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade e violência na literatura brasileira contemporânea* tem o mérito da ousadia, pois, em vez de limitar-se ao estudo de obras já consagradas, investiga o que está em processo, o que ainda não foi canonizado. Ao fazê-lo, consciente do papel da academia como instância de legitimação, permite que se compreenda melhor – por meio de análises intrínsecas ou comparativas dos textos – a relação entre o campo literário e a sociedade que o cria.

Notas

* Professor da Universidade de Brasília.